

A. I. N° - 09285725/03
AUTUADO - ESTER SOUZA FERREIRA LIMA
AUTUANTE - JOSÉ ARNALDO REIS CRUZ
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 09. 09. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0342-04/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. De acordo com a legislação tributária estadual, a nota fiscal deverá ser emitida antes da saída da mercadoria. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide lavrado, em 21/02/03 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige multa no valor de R\$ 690,00, em virtude da realização de operação sem a emissão de documento fiscal, conforme Termo de Auditoria de Caixa e Nota Fiscal nº 1627, emitida depois de iniciada a ação fiscal.

O autuado apresentou defesa tempestiva, fl. 10, alegando que “em virtude dos festejos do Carnaval, o Preposto (marido), da Titular da referida empresa, encontrava-se afastado da capital (foi a Volta Redonda – RJ, vender um imóvel, retornando por volta de 10 dias), tendo passado para sua esposa (Titular), sem que a mesma, por falta de conhecimento, tenha tirado as notas fiscais parcialmente. Com o retorno do Preposto, a empresa foi fechada, devolvendo o imóvel ao proprietário, conforme contrato de locação. No mês subsequente (Março de 2003), o referido imóvel, encontrava-se com outra pessoa que constituiu uma outra Empresa, conforme provas da própria Inspetoria (verificar nova inscrição e nome)”.

Alega o autuado que cumpriu os seus deveres e obrigações até o fechamento da empresa. Diz que solicitou baixa de sua inscrição em 14/07/03, conforme processo nº 464122/2003-5. Ao final, solicita a colaboração, a compreensão e a liberação da empresa.

Na informação fiscal, fls. 19 e 20, o autuante explica que, após receber denúncia de que o autuado realizava vendas sem a emissão de documentos fiscais, prepostos da SEFAZ visitaram o estabelecimento e constataram a irregularidade. Diz que, ao lavrar o Termo de Auditoria de Caixa (fl. 3), apurou a diferença de R\$ 91,00, correspondente a vendas sem a emissão de documentos fiscais, tendo sido emitida a Nota Fiscal nº 1627 (fl. 4) para regularizar a situação. Afirma que a alegação defensiva não procede, pois ninguém se estabelece sem conhecer as suas atividades e obrigações. Aduz que a empresa se encontra em processo de baixa. Ao final, solicita a procedência do Auto de Infração.

VOTO

Atendendo a solicitação da supervisão da IFMT-DAT/METRO, a fiscalização esteve no estabelecimento do autuado e efetuou uma auditoria de caixa, tendo apurado, naquela oportunidade, a ocorrência de vendas sem a emissão da devida documentação fiscal.

A auditoria de caixa, efetuada pelo fisco nos estabelecimentos varejistas, é um procedimento que é utilizado rotineiramente para verificar a regularidade da emissão de documentos fiscais. No caso em lide, o Termo de Auditoria de Caixa (fl. 4) comprova que o autuado efetuou vendas sem a emissão de notas fiscais, no dia 20/02/2003, no valor de R\$ 91,00.

Após apurar a irregularidade, o autuante, de forma correta, exigiu que o contribuinte emitisse a nota fiscal – série D-1, no valor da diferença apurada e lavrou o presente Auto de Infração para cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

A alegação defensiva de que o esposo da proprietária estava viajando não elide a acusação. Do mesmo modo, a citada dificuldade financeira não justifica a dispensa ou redução da multa, pois não estão comprovados nos autos que o contribuinte preenchia os requisitos para gozar de tal dispensa ou redução. Quanto ao processo de baixa, tal fato não isenta o autuado do pagamento da multa e nem justifica a realização de operação sem a emissão de documentos fiscais.

Em face do comentado acima, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09285725/03**, lavrado contra **ESTER SOUZA FERREIRA LIMA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de setembro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR